

## João Rodrigues Mouro, Engenheiro militar oliventino em Setúbal

ANTÓNIO MARTINS QUARESMA

*Licenciado en História*

*Vocal del Departamento do Património Histórico e Artístico  
da Diocese de Beja (Portugal)*

### RESUMEN

*Con la restauración de la monarquía portuguesa, en 1640, la frontera terrestre entre Portugal y España fue dramáticamente reactivada. La corona portuguesa llevó, entonces, a cabo un vasto programa de fortificación de la frontera alentejana, con la colaboración de ingenieros holandeses y franceses para eso contratados. En un ambiente de gran actividad y de confronto teórico-práctico, un joven oliventino, João Rodrigues Mouro, se inició (1648), en su tierra natal, como ingeniero militar, se desplazando, después, para Setúbal, donde a hecho una longa y provechosa carrera.*

**PALABRAS CLAVE:** Fortificación, ingenieros, Olivenza (Olivença), Restauración, Setúbal.

### ABSTRACT

*With the restoration of the portuguese monarchy, in 1640, the land border between Portugal and Spain was dramatically reactivated. Hence, the Portuguese crown put forth an ambitious plan to fortificate the Alentejo border, with the collaboration of several French and Dutch engineers, hired for the effect. In an environment of great activity and theoretical-practical confrontation, a young Portuguese man, of Olivença (Olivenza, in Spanish), João Rodrigues Mouro, started out (1648) as a military engineer, in his birthplace, moving afterwards to Setúbal, where he led a long and useful career.*

**KEY WORDS:** Fortification, engineers, Olivenza (Olivença), Restoration, Setúbal.

## 1. FRONTEIRA TERRESTRE ALENTEJANA: IMPACTO DA RESTAURAÇÃO

A partir de 1640, altura da aclamação de D. João IV, em Portugal, a situação vivida na Península nas seis décadas anteriores mudou radicalmente. Iniciava-se um longo conflito, que levou as novas autoridades portuguesas a preparar, activamente, um plano para garantir o sucesso da “restauração”, que passava, mormente, pela reestruturação do aparelho defensivo.

Um dos aspectos que exigiam mais rápida atenção era a defesa da fronteira terrestre, cuja fortificação fora, por muito tempo, descuidada e se apresentava extremamente vulnerável. As vilas e cidades fronteiriças, de insuficientes e desactualizadas defesas, em que o casario já tinha extravasado das velhas cercas defensivas, foram, por isso, objecto de vasto programa de fortificação “ao moderno”, com recurso a avultados meios humanos e financeiros<sup>1</sup>.

Tarefa ingente, não estava ao alcance de Portugal mobilizar internamente os engenheiros suficientes. Existia, é verdade, uma tradição do ensino das matemáticas e da fortificação, mas as “sequelas” deixadas pelo domínio dos Áustrias<sup>2</sup> e a dimensão e a urgência da obra a realizar exigiam grande número de técnicos, actualizados e experientes, que só no avançado ambiente científico do norte da Europa e na prática dos seus campos de batalha podiam ser encontrados.

Para dar cumprimento a este programa, os diplomatas de D. João IV buscaram na Holanda e na França, então na dianteira dos conhecimentos técnicos, os especialistas necessários, para quem o teatro de guerra ibérico constituiu uma oportunidade profissional e económica.

Perímetros abaluartados, reforçados por um variado conjunto de “obras exteriores”, ergueram-se ao longo da raia, buscando criar uma eficaz rede defensiva e reactivando dramaticamente, enquanto linha separadora, a velha

---

<sup>1</sup> As fontes de financiamento, principalmente de origem tributária, foram diversas: real de água, terças dos concelhos (ambas municipais), cunho do ouro, contrato do tabaco, fazendas do consulado da Casa da Índia e outras. *Cfr.* Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Conselho de Guerra, Consultas* (doravante CG, C), mç. 8-A, cx. 45, n.º 55.

<sup>2</sup> No sentido em que o Reino ficou desprovido de engenheiros portugueses, nomeadamente com prática de chefia (ROSSA, 1998, 514).

fronteira medieval<sup>3</sup>. Uma área particular, a raia norte alentejana, onde se situava um tradicional “corredor de invasão”, no eixo Madrid-Lisboa, foi objecto de intenso trabalho de fortificação. Desde logo, a linha da frente, onde se destacavam Elvas, a “chave” do Reino, feita capital do novo Governo das Armas do Alentejo, Olivença e Campo Maior; depois, a defesa em profundidade, com realce para Estremoz, Vila Viçosa e, de certo modo, Juromenha.

Com o impulso “restaurador”, muitas destas vilas e cidades foram convertidas em praças-fortes, amuralhadas segundo métodos actualizados e guarnecidas por corpos de tropas. Essa feição acentuadamente castrense, assumida a partir de 1640<sup>4</sup>, irá inscrever-se, para além da maior ou menor operacionalidade, numa intencionalidade retórica de marcação e demarcação territorial, na lógica do poder político dos séculos XVII e XVIII. A “praça de guerra”, edificada segundo os princípios matemáticos do racionalismo cartesiano, tornar-se-á uma manifestação da mentalidade e da cultura do Barroco, um palco onde se desenrolarão as principais cenas do teatro da guerra<sup>5</sup>. A posse do território irá, pois, jogar-se em torno de uma rede de vilas e cidades altamente militarizadas<sup>6</sup>.

Por Olivença, e pelas outras terras alentejanas, passaram então alguns peritos estrangeiros, contratados por D. João IV. Destacou-se, em primeiro lugar, o jesuíta holandês Jan Ciermans, conhecido por João Cosmander, mestre de matemática e o mais reputado fortificador do seu tempo, em Portugal. Entre

---

<sup>3</sup> CONCEIÇÃO, 2001b, 827.

<sup>4</sup> A feição marcial das povoações de fronteira, terrestre e marítima, não era, evidentemente, nova, mas a “praça de guerra” barroca encorpa e exprime uma distinta realidade política e militar.

<sup>5</sup> Mas, na Guerra da Restauração, os confrontos campais, em que a manobra táctica dos exércitos foi também informada pela nova “arte da guerra”, desempenharam papel decisivo.

<sup>6</sup> CONCEIÇÃO, 2001a, 1511-1527. Em fins do século XVIII, num diferente contexto, o barão von Wiederhold, considerava excessivas, em tão pequeno pedaço de fronteira, as praças de Mourão, Monsarás, Juromenha, Olivença e Elvas, que, para serem guarnecidas, exigiriam metade do exército português, sendo, só para os grandes baluartes de Olivença, necessários 4.000 a 5.000 homens. O Barão achava que se deveria reduzir, aqui, o número de praças, sugerindo a supressão de Mourão e Olivença, ambas além Guadiana, que, no entanto, deveriam continuar bem fortificadas, devido à sua exposta situação (GUEDES, 1992, 187-196). À época, a defesa deixara de ter como base o sistema de praças-fortes e esta densa rede de praças, a maior parte, ainda por cima, com graves deficiências, estava em vias de esgotar a utilidade.

estes estrangeiros, há que realçar ainda as figuras de João Gilot, matemático e discípulo de Descartes, e dos franceses Carlos de Lassart, que foi engenheiro mor, e Nicolau de Langres, autor e compilador de um códice, o “*Livro de Nicolau de Langres*”<sup>7</sup>, que contém, entre outros, dois desenhos da praça de Olivença. Não obstante a periclitante fidelidade destes mercenários, movidos, naturalmente, por razões de interesse pessoal<sup>8</sup>, e certa indisciplina e questiúnculas de prestígio pessoal, o seu papel foi decisivo na organização defensiva da fronteira<sup>9</sup>.

Desse período, ficou significativa produção cartográfica, a saber plantas das fortificações e alguns mapas impressos com a representação apologética e propagandística das vitórias portuguesas<sup>10</sup>. Quanto a Olivença, praça que, aqui, nos interessa particularmente, as várias plantas seiscentistas da sua fortificação, contidas em colecções organizadas na última fase da guerra são possivelmente cópias de desenhos de Cosmander<sup>11</sup> ou de Gilot, os engenheiros que mais cedo se encarregaram da fortificação nesta fronteira, o segundo dos quais com estreita ligação a Olivença<sup>12</sup>. Deve-se a um engenheiro compilador, Alain Manesson Mallet, a primeira edição impressa da planta da fortificação de Olivença, bem como de outras<sup>13</sup>.

---

<sup>7</sup> Formalmente intitulado *Desenhos e plantas de todas as praças do reyno de Portugal pello tenente general Nicolau de Langres francez que serviu na guerra da Aclamação* (Biblioteca Nacional de Portugal (BN), COD. 7445). Foi publicado por MATOS, 1941.

<sup>8</sup> Situação banal em todas as guerras europeias do tempo. Cosmander e Langres passaram-se, mesmo, para o inimigo, levando todas as informações que possuíam sobre as praças portuguesas, com todos os perigos daí decorrentes.

<sup>9</sup> Além de que revitalizou os estudos e o ensino da fortificação em Portugal. Em 1647, foi criada a Aula de Fortificação, em que pontificou o engenheiro mor Luís Serrão Pimentel, cuja formação terminou em contacto com os mercenários chegados após a Aclamação (ROSSA, 1998, 514).

<sup>10</sup> GARCIA, 1998b, 12 e 13.

<sup>11</sup> PAAR, 2008, 57, nota 3.

<sup>12</sup> No *Livro das Praças de Portugal com suas Fortificações* (Biblioteca da Ajuda, 46-XIII-10), mandado fazer pelo 2.º conde da Torre (1.º marquês de Fronteira), D. João de Mascarenhas, da autoria de João Nunes Tinoco, está explícito que as plantas delineadas eram de Cosmander, Gilot, Santa Colomba e outros. *Cfr.* PAAR, 1998, 186-188; ALEGRIA, *et al.* 2007, 1056 e 1057

<sup>13</sup> MALLET, I, 1771, 163. Ele arrogou-se a autoria de parte delas, como a de Setúbal (I, 247), o que foi desmentido por Luís Serrão Pimentel e dois dos seus discípulos (PIMENTEL, 1680, 463-468).

Traçou a “linha fundamental” da fortificação de Olivença o governador das Armas do Alentejo, Matias de Albuquerque, depois de “mil dificuldades”, colocadas pelos moradores, que não queriam ver casas demolidas, nem “arrabalde, fontes e mosteiro de São Francisco” fora dos muros<sup>14</sup>. Na verdade, o traçado das fortificações causava frequente oposição entre os interesses das populações e a racionalidade da metodologia fortificadora, por causa da expropriação e derrube de casas e sua exclusão da área fortificada, bem como da afectação a serventia militar de valiosos terrenos agrícolas periurbanos<sup>15</sup>. Um dos projectos de Olivença, um polígono hexagonal regular, incluído no “Livro de Nicolau de Langres”<sup>16</sup>, encurtava o perímetro e reduzia o número de baluartes, dando resposta à urgência e à facilitação da defesa, mas amputava grande parte da vila, numa aplicação, “pura e dura”, de critérios fortificadores.

A decisão final, em Olivença, resultou de um compromisso, conformando-se, pelo menos em boa parte, à vontade dos moradores<sup>17</sup>, o que também se enquadra na relutância com que os engenheiros portugueses se decidiam pela demolição de casas, e mais ainda com projectos que arruinavam metade da vila<sup>18</sup>. Esta sensibilidade, que fazia cedências à rigidez dos modelos fortificadores, poderá, de alguma forma, inserir-se no desprendimento crítico da engenharia militar portuguesa relativamente aos modelos ideais da tratadística<sup>19</sup>.

---

<sup>14</sup> AZEVEDO, 1644, 4 e 9; ERICEIRA, I, 1945, 235.

<sup>15</sup> *Cfr.* MATOS, 1941, 34; CORTÉS CORTÉS, 1990, 54; DIAZ BAGULHO, 2007, 139 e 140.

<sup>16</sup> Coloca-se a hipótese de ser da autoria de Cosmander, um rígido e “teórico” fortificador (*cfr.* PAAR, 2008, 57), que não tinha contemplação com o derrube das casas, como no seu projecto para Juromenha, que, aliás, contrastava, nesse aspecto, com o de Langres para a mesma vila. A planta de Juromenha acabou por ser acordada entre Langres e Gilot. (COELHO, I, 1940, 116, 117, 126 e 127).

<sup>17</sup> ERICEIRA, I, 1945, 235.

<sup>18</sup> Luís Serrão Pimentel escreveu no seu tratado que, na fortificação de vilas e cidades antigas, esse expediente devia ser usado com comedimento. Ele próprio elaborou, para Estremoz, um plano “metendo dentro a principal povoação, recio com as fontes, & Conventos contra o parecer que tinham alguns Cabos” (PIMENTEL, 1680, 324 e 325). Também alguns chefes militares preferiam o menor estrago possível nas povoações, como mostram pareceres do governador das Armas do Alentejo, Joane Mendes de Vasconcelos, que relativamente a Campo Maior, por exemplo, informava o rei que entre o projecto de Cosmander e o de Langres se devia “escolher delles o que menos cazas derrubar porque he o que aquelle povo abraçará com mais vontade e menos desesperação.” (COELHO, I, 1940, 113 e 114).

<sup>19</sup> ROSSA, 1995, 271-273; CONCEIÇÃO, 2001b, 833.

A extensão dos muros de Olivença cedo foi objecto de crítica de militares. É conhecida a opinião de Martim Afonso de Melo, conde de São Lourenço, quando, em Julho de 1648, enquanto governador das Armas do Alentejo, visitou a vila e reprovou a desmedida dimensão da fortificação, com os seus nove grandes baluartes, alguns deles tão grandes que meia vila poderia caber num<sup>20</sup>. Ante a irremediável situação, o Conselho de Guerra encarava Olivença como uma lição a tirar<sup>21</sup>.

Obra de avultado custo, o seu andamento sofreu com a escassez e a irregularidade do financiamento<sup>22</sup>. Em 16 de Fevereiro de 1648, João Gilot, escrevia, de Olivença, ao conde de São Lourenço, queixando-se do estado da fortificação, cujos trabalhos pouco avançavam devido à falta de dinheiro. Gilot considerava que, face aos gastos já efectuados (“tantos mil cruzados”), a despesa a fazer era pequena, mas absolutamente necessária, pois se destinava a obras importantes (portas, parapeitos, corpos da guarda, guaritas e estrada coberta). O engenheiro prontificava-se a fazer tudo durante a Primavera, se viesse o dinheiro<sup>23</sup>. Por despacho de 9 de Março, foi disponibilizada a quantia de cinco mil cruzados, da renda do “cunho do ouro”, para as praças de Olivença e Campo Maior, as duas que mais necessitavam<sup>24</sup>.

Durante o ano de 1648, as obras avançaram, sob a direcção de Gilot. O próprio D. João de Menezes, ferido no ataque à vila, em Julho, manteve-se nesta, por três meses, fazendo pela obra<sup>25</sup>. Em Novembro, tinha sido enviado dinheiro, e o rei escrevia a Gilot, pedindo-lhe que, antes de deixar a praça para ir à pátria, acabasse a estrada coberta<sup>26</sup>.

---

<sup>20</sup> ANTT, *CG, C*, mç. 8 - A, cx. 47, n.º 168; e COELHO, I, 1940, 300. Citada por CORTÉS CORTÉS, 1990, 49-50. Ver também LIMPO PÍRIZ, 2005, 61-66, e SANCHEZ GARCIA, 2007, 178-181.

<sup>21</sup> ANTT, *CG, C*, mç. 8 - A, cx. 47, n.º 168.

<sup>22</sup> SANCHEZ GARCIA, 2007, 179.

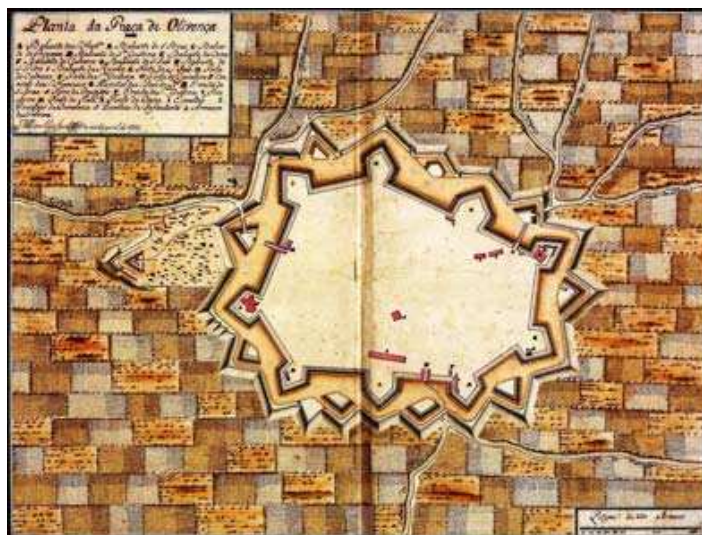
<sup>23</sup> ANTT, *CG, C*, mç. 8, cx. 44, n.º 42, transcrito em SEPÚLVEDA, 1926, 196 e 197.

<sup>24</sup> *Idem*, mç. 8 - A, cx. 45, n.º 55.

<sup>25</sup> *Idem*, mç. 8 - B, cx.48, n.º 248.

<sup>26</sup> SEPÚLVEDA, 1926, 201. Gilot saíra de Olivença pouco depois. Em Março, o Conselho de Guerra punha em dúvida o seu regresso a Portugal e sugeria ao rei a contratação de outro engenheiro holandês, Perseval (ANTT, *CG, Consultas*, mç. 9, cx. 50, n.º 45). Tratar-se-á de Pedro Persevallo, citado em PIMENTEL, 1680, 219, aliás Pieter de Percheval (agradeço a Edwin Paar a identificação deste engenheiro). O regresso de Gilot inviabilizou, naturalmente, a ideia.

O papel aqui desempenhado por engenheiros da “escola holandesa” de fortificação reflectiu-se nas técnicas construtivas, como a utilização de terra e faxina, em lugar de pedra e cal, ademais exigida pela urgência, a “regularidade” do desenho e os ângulos dos baluartes<sup>27</sup>. Alguns anos depois, Luís Serrão Pimentel referia a praça de Olivença, “fortificada ao modo holandês”, a propósito do inconveniente do traçado paralelo de escarpas e contra-escarpas, neste tipo de fortificações, ilustrando com desenho da praça<sup>28</sup>. Algumas plantas, como a que consta da colecção do Arquivo Militar de Estocolmo<sup>29</sup>, mostram a



**Fig. 1.-**Planta da Praça de Olivença.  
Desenho de 1755, da autoria de Miguel Luís Jacob.

<sup>27</sup> PAAR, 2004, 397-400. Esse papel foi sublinhado pelo engenheiro Manuel de Azevedo Fortes: “[...] na felice aclamação do Senhor Rey D. João IV, a que se seguiu a guerra com Castella, os Engenheiros que nesta occasião passaraõ de França a Portugal, seguiaõ o methodo Holandez, e por elle se delineaõ as fortificaõens das nossas Fronteiras, que se fabricaraõ já com a espada na maõ [...]” (FORTES, II, 1729, 38).

<sup>28</sup> BN, *Reservados*, COD 5174, *Tratado de Fortificação 1.ª e 2.ª parte; e da opugnação das praças*, de Luís Serrão Pimentel e Francisco Pimentel, cap. 38, fls. 57-59, e fig. 37. Uma crítica a Cosmader, sobre trabalhos em Elvas, está em PIMENTEL, 1680, 108.

<sup>29</sup> TESTON NÚÑEZ *et al.*, 92-98. Na fig. 37, do citado *Tratado de Fortificação* [...], também não está desenhada qualquer obra exterior.

fortificação concluída, mas ainda sem o hornaveque que lhe foi feito. Nesta planta, uma estacada rodeia toda a fortificação.

O hornaveque, depois construído sobre o “outeiro da forca”<sup>30</sup>, elevação de onde o sitiante podia atingir a praça, acabou por ser abandonado. Para neutralizar a posição do Outeiro da Forca preferiu-se erguer um “cavaleiro” no baluarte de São João de Deus<sup>31</sup>.

## 2. SOLDADO E AJUDANTE DE FORTIFICAÇÃO EM OLIVENÇA

Nesse ano de 1648, um jovem oliventino, de seu nome João Roiz (ou Rodrigues) Mouro<sup>32</sup>, começou a trabalhar, com o posto de “ajudante”, nas obras da fortificação da vila. Como era comum, desempenhou simultaneamente a função de soldado<sup>33</sup>. Ele foi um “produto” da situação política e militar então vivida na fronteira e um dos fios da “complexa teia de novas aprendizagens” desenvolvida na convivência com os técnicos estrangeiros contratados<sup>34</sup>.

Em 1644, depois da vitoriosa resistência de Elvas, Cosmader aconselhava a que houvesse nas fortificações das praças alguns ajudantes portugueses, com soldo de dois tostões (200 réis), pois era importante criarem-se técnicos portugueses, que melhor serviriam que os estrangeiros<sup>35</sup>. Terá sido essa percepção da necessidade de se formarem localmente homens práticos na fortificação que criou as condições que conduziram Mouro à profissão de engenheiro militar. Outro exemplo: em 1653, estava em Setúbal, como ajudante

---

<sup>30</sup> O outeiro, ou cerro, ou cabeça da forca era comum nos arrabaldes das vilas. Na primeira metade do século XVI, Duarte d'Armas desenha-o, em muitas das povoações fronteiriças, mas não em Olivença. A forca, ao contrário do pelourinho, erguia-se extramuros, em sítio eminente, como forma de exercício visível e exemplar da justiça. Em 1671, o juiz de fora encontrou a forca derrubada e, no seu lugar, um “baluarte” (Arquivo Histórico Municipal de Olivença, *Inventário Viegas*, T. I, fl. 181v.º. Agradeço a transcrição a Luís Alfonso Limpo Píriz).

<sup>31</sup> SÁNCHEZ GARCIA, 2007, 182 e 183. A bela porta do Calvário, com a sua linguagem tardo maneirista, de feição serliana (MOREIRA, 1986, 71), ostenta a data de 1703 (agradeço o esclarecimento a Luís Alfonso Limpo Píriz).

<sup>32</sup> Rodrigues ocorre frequentemente sob a forma abreviada Rois ou Roiz, com ou sem sinal de abreviatura sobreposto.

<sup>33</sup> ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra P, mç. 11, doc. 152.

<sup>34</sup> ROSSA, *et al.*, 2008, 19.

<sup>35</sup> CHABY, I, 1869, 79; VITERBO, I, 234.



da fortificação, nomeado pelo governador das Armas, um Manuel da Costa, que, devido à sua “curiosidade” pelas matemáticas, fora iniciado pelo “coronel Cosmander”, na fronteira, tendo, inclusive, entrado, como espião, disfarçado de almocreve, em Badajoz, e efectuado reconhecimento e desenho desta praça. Usufruído apenas o soldo de dois tostões por dia, o mesmo que ganhava qualquer pedreiro, ele pediu que lhe fosse concedida a patente de capitão de infantaria, com o ordenado de 16.000 réis, petição apoiada, em parte, pelo governador de Setúbal. Este entendia que se lhe não desse, “por ora”, a patente de capitão, mas achava que o ordenado devia ser aumentado, para poder “criar-se nele um engenheiro português”. A pretensão acabou por frustrar-se, pois o rei considerou que Manuel da Costa não deveria ter sido nomeado ajudante sem sua expressa ordem<sup>36</sup>.

Este expedito processo de formação de novos engenheiros portugueses ocorre, portanto, simultaneamente com o da nova Aula de Fortificação (1647), espaço por excelência dessa missão<sup>37</sup>, missão que passou também a ser comitada às aulas de Fortificação criadas fora de Lisboa.

Filho de Pedro Antunes Mouro, ou Pedro Anes Mouro, como aparece noutro registo, e de Maria Mendes, João Rodrigues Mouro nasceu em Olivença, por volta de 1620, talvez um pouco antes. Em 11 de Fevereiro de 1646, casou com a sua conterrânea Maria Pedreira, que era viúva de Francisco Gonçalves Galvão<sup>38</sup>. Esta mulher haveria de acompanhá-lo durante 50 anos.

Os apelidos Antunes (e Anes) e, sobretudo, Roiz ou Rodrigues são muito comuns. O apelido Mouro, menos frequente, aparece, em Olivença, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, naturalmente associado a outros apelidos locais<sup>39</sup>. Vejamos alguns exemplos da sua ocorrência.

---

<sup>36</sup> ANTT, CG, C, mç. 13, cx. 58.

<sup>37</sup> SOROMENHO, I, 1991, 9. Em 1662, já na última fase da guerra, o conde de Mesquitela, D. Rodrigo de Castro, ele próprio um prático conhecedor, escrevia, de Estremoz, apontando a incompetência do engenheiro francês Silincourt e a escassa fiabilidade dos engenheiros estrangeiros e sugerindo a vinda de dez discípulos de Luís Serrão Pimentel, da sua Aula de Fortificação (COELHO, III, 1940, 266 e 267). Silincourt tinha sido contratado em Londres, com fama de muito “experimentado nas fortificações” (VITERBO, III, 1988, 31-33).

<sup>38</sup> Arquivo Municipal de Elvas (AME), *Paroquiais, Olivença, Madalena*, mç. 001/05, fl. 154v.º

<sup>39</sup> Hoje, Mouro estará, possivelmente, convertido em Moro. O apelido Rodrigues tem o correspondente Rodriguez, em espanhol.

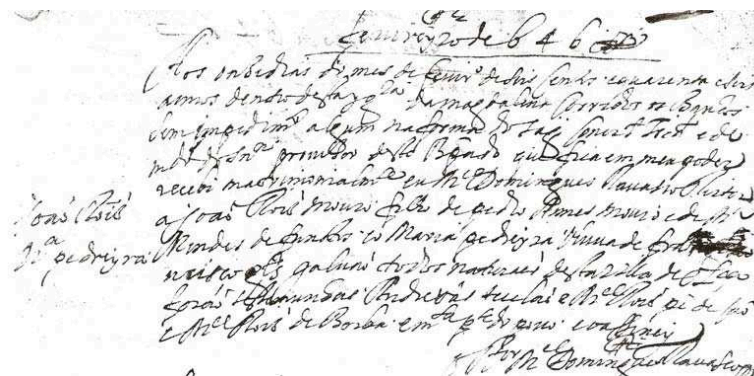


Fig. 2.-Registo de casamento de João Rodrigues Mouro e Maria Pedreira, na igreja da Madalena, em Olivença (11 de Fevereiro de 1646)

Um Afonso Mouro, que casou em 1602 com Constança Martins e morreu em 1619, cedeu os terrenos para edificação do convento de São Francisco, o novo, e abertura da Rua de São Francisco, onde habitava<sup>40</sup>. Não é, portanto, o mesmo Afonso Mouro, morador na Rua Grande de São Bartolomeu, que foi assassinado em 1617<sup>41</sup>. Em 1629, outro Afonso Mouro era ferrador<sup>42</sup>. Entre os vários oliventinos com este nome, um deles exerceu o cargo de procurador do concelho, em 1642<sup>43</sup>. Bento Álvares, filho de Afonso Mouro, era tratante<sup>44</sup>. Na toponímia urbana, ocorre uma “faceira de Afonso Mouro”, conforme tombo mandado realizar pelo juiz de fora, em 1671<sup>45</sup>. No período da guerra, aparecem,

<sup>40</sup> VALLECILLO TEODORO, 1999, 363.

<sup>41</sup> AME, *Paroquiais, Olivença, Santa Maria do Castelo*, mç. 008/03, fl. 89.

<sup>42</sup> Idem, mç. 008/ 04, fl. 108v.º

<sup>43</sup> COSME, II, 1994, 206. O cargo de procurador era geralmente entregue a alguém dos officios e não à primeira nobreza local.

<sup>44</sup> ABRANTES, 1954, 190.

<sup>45</sup> Ibidem, 487; LIMPO PÍRIZ, 2005, 87.

ainda, Nicolau Mendes Mouro, soldado, João Lourenço Mouro, que foi procurador do concelho, e Lopo Rodrigues Mouro. Os dois últimos abandonaram Olivença, após a ocupação espanhola, em 1657, tendo, por isso, obtido mercês, destinadas a compensar a perda de bens, perda que no caso de Lopo Rodrigues Mouro atingiu os 3.000 cruzados<sup>46</sup>. Ele possuía, nomeadamente, uma propriedade em São Brás, portanto também nas proximidades de São Francisco<sup>47</sup>. Lopo Rodrigues Mouro recebeu o ofício de escrivão da câmara, órfãos e almotacaria de Colos (Odemira)<sup>48</sup>. Também entre o clero, o apelido ocorreu: em 1694, faleceu, em Elvas, o padre Pedro Álvares Mouro, natural de Olivença, filho de Diogo Mouro e de Maria Gonçalves, oliventinos<sup>49</sup>.

Portanto, gente dos ofícios<sup>50</sup> e da mercancia, proprietários também, com alguns elementos a sobressair socialmente. Releve-se alguma importância no plano do poder municipal, embora no cargo procurador, o menos prestigioso da câmara. Nunca foram, pois, da principal nobreza da terra, como se pode confirmar pela lista de provedores e escrivães da Misericórdia<sup>51</sup>.

Uma situação ainda por deslindar diz respeito a António Fernandes Mouro, que foi “mestre das obras e fortificações da província do Alentejo” e morreu de uma bala de arcabuz, em 1643, quando assestava a artilharia num posto espanhol que o exército português havia tomado. A baixa frequência do apelido Mouro e o facto de sua viúva, Maria Martins, ficar a receber uma pensão paga no almoxarifado de Elvas<sup>52</sup> fazem colocar a hipótese de origem oliventina de António Fernandes Mouro e de parentesco com João Rodrigues Mouro. A ser assim, já existiria na família alguém ligado à fortificação.

---

<sup>46</sup> ABRANTES, 1954, 190.

<sup>47</sup> Arquivo Distrital de Portalegre (ADP), PCELV/4/9/35, Tb. 18, *Treslado do Testamento com que faleceu o Padre Manoel Vás Mexia*, fls. 131v.º-133v.º

<sup>48</sup> ABRANTES, 1954, 234.

<sup>49</sup> ADP, PCELV/4/5/69, Tb. 14, *Traslado de Testamento do Padre Pedro Álvares Mouro*, fls. 411-417v.º

<sup>50</sup> Uma das testemunhas do casamento de João Rodrigues Mouro foi André Vaz tecelão.

<sup>51</sup> VALLECILLO TEODORO, 1993, 81-96.

<sup>52</sup> VITERBO, II, 1988, 188; SEPÚLVEDA, 1919, VIII, 216. Ventura Ledesma Abrantes dá Maria Martins como oliventina, mas chama ao marido António Martins Mouro (ABRANTES, 1954, 223).



**Figs. 3.-***Olivença. Fachada da igreja da Madalena*

No ano em que se iniciou como ajudante da fortificação, João Rodrigues Mouro viu cair o engenheiro Cosmander às portas de Olivença, de um tiro do carpinteiro oliventino Gaspar Martins<sup>53</sup>, quando o holandês procurava, com a dedicação e o destemor com que servira os portugueses, tomar a praça para os espanhóis. O mesmo Cosmander, que, de alguma forma, terá influenciado o seu percurso de vida.

Durante o período em que assistiu em Olivença, Mouro serviu, naturalmente, sob as ordens do engenheiro João Gilot. Este terá sido o seu primeiro mestre, que o terá introduzido no conhecimento das matemáticas aplicadas à

---

<sup>53</sup> VITERBO, I, 544 e 545

construção de fortificações. É o que se pode inferir da presença, embora intermitente, de Gilot, em Olivença, entre 1644 e o final de 1648, ocupado na edificação dos muros da vila e na sua defesa<sup>54</sup>.

Nos anos seguintes, a fortificação de Olivença não deu descanso. Em Fevereiro de 1649, nela assistia o general de artilharia André de Albuquerque, enquanto vedor das obras; os trabalhos prosseguiam, e o conde de São Lourenço pedia algum dinheiro, relevando o facto de haver, então, mais restrições nos gastos do que no tempo em que a obra era dirigida por Gilot<sup>55</sup>. Em Setembro de 1649, António de Sousa de Menezes, governador da praça, queixava-se do estado das muralhas, sobretudo por não haver terraplenos que lhe dessem consistência (a que se “arrimem”), e alertava para o risco que corriam, com o Inverno à porta<sup>56</sup>. A invernada seguinte fez, efectivamente, estragos, em especial nos baluartes da Rainha e de São João e na cortina entre os baluartes de São Sebastião e Santo António<sup>57</sup>. As obras foram retomadas na Primavera, e, em Maio, o governador da praça pedia algum dinheiro para que elas não parassem<sup>58</sup>. Em Abril de 1651 o governador das Armas do Alentejo, D. João da Costa, fazia, em carta enviada ao rei, o ponto da situação<sup>59</sup>:

*Senhor - Por carta de 31 do passado foi Vossa Magestade seruido ordenar me se continue o desenho de noue Baluartes da fortificação de Oliuença; Assim se executará.*

*O cabedal que de prezente ha para esta obra, são trezentos e sincoenta mil reis de resto de tres mil cruzados que Vossa Mageestade mandou remeter para ella, e Real dagoa daquella villa que até gora não bastaua para os salarios dos mestres das obras, Apontadores, e guarda das ferramentas, lenha e Azeite dos corpos da guarda, Tenho reduzido estas despezas ao iusto, e necessario, com que uirão a ficar seis centos mil reis cada anno, que tenho aplicado em consignaçon aos officiaes que uão trabalhando na camiza das cortinas, e baluartes por empreitada: Isto he tão pouco cabedal*

<sup>54</sup> Gilot voltaria, mais tarde, a Olivença, em cuja defesa perdeu a vida, juntamente com o engenheiro Diogo de Aguiar, em 1657 (ERICEIRA, III, 44).

<sup>55</sup> COELHO, 1940, II, 164.

<sup>56</sup> ANTT, CG, C, mç. 9 – A, cx. 51, n.º 175.

<sup>57</sup> OLIVEIRA & SEIXAS, 1995, 135.

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> COELHO, 1940, II, 206 e 207, *cit.* em CORTÉS CORTÉS, 1990, 50 e 51.

*como deixa uer para obra tão grande, e assim sendo Vossa Magestade seruido mandar dinheiro para ella se poderá continuar [...].*

*Nos campos desta Villa [Campo Maior] fiz hũa Atalaya, e nos de Oliuença quatro com que os moradores tem mais segurança nas suas lauouras.”*

Portanto, não obstante os problemas de dinheiro, ou por isso, Olivença esteve, por muito tempo, convertida em estaleiro de obras. No entanto, não é assinalada, na documentação e na bibliografia compulsadas, a presença de qualquer dos engenheiros que trabalhavam na fronteira; possivelmente Nicolau de Langres deu apoio, depois de 1648, uma vez que trabalhou na fronteira, sendo, aqui, em 1650, o único engenheiro estrangeiro<sup>60</sup>. Mais provavelmente, as obras prosseguiram, dirigidas, a maior parte do tempo, pelos comandos militares, como se vê pela carta anterior do governador das Armas, e pelos provedores das obras<sup>61</sup>, com o acompanhamento técnico de ajudante(s) de fortificação. Os trabalhos eram executados por um conjunto de mestres, apontadores, oficiais e serventes, sendo alguns desses trabalhos, como as “camisas” dos baluartes e cortinas, dados de empreitada. De notar a construção de atalaias, a fim de melhorar a segurança nos campos. Foi, pois, num ambiente de grande actividade e de discussão teórico-prática que João Rodrigues Mouro fez a sua aprendizagem técnica.

### 3. ENGENHEIRO MILITAR EM SETÚBAL

Até 1653, Mouro, permaneceu na terra natal, como ele próprio afirma. A partir desse ano, ou do ano seguinte, com cerca de 35 anos de idade, passou a residir em Setúbal. Nesta vila continuou a trabalhar, como ajudante, nas diversas fortificações da praça e, em particular, na extensa muralha deliberada para cingir o seu casario. No mesmo ano de 1653, o citado Manuel da Costa, que já aí trabalhava, viu o seu lugar de ajudante extinto, por ordem do rei.

Não foi possível esclarecer as circunstâncias relacionados com a vinda de João Rodrigues Mouro para Setúbal. Certamente a sua mudança deveu-se à possibilidade de emprego nos trabalhos da fortificação que decorriam nesta

---

<sup>60</sup> MATOS, 1941, 53. Inclusive, Langres pretendeu, em 1651, construir moinhos em Olivença, Campo Maior e Elvas (SEPÚLVEDA, XIV, 1926, 269).

<sup>61</sup> Ao “vedor geral da artilharia”, elemento importante da administração militar, competia olhar pelas despesas e qualidade das obras (PIMENTEL, 1680, 268).

vila. Por outro lado, Setúbal era mais atractiva para se viver, pois os riscos e as dificuldades do dia-a-dia não se comparavam com os de uma terra da fronteira alentejana. Aqui estava sempre presente a pressão castelhana e também a do exército português e seus mercenários, num cenário de devastação e pilhagem continuadas, de ruína e despovoamento, nos campos e nas povoações, que afectava toda a área fronteiriça, tanto a alentejana como a extremeña<sup>62</sup>. Este era o pano de fundo, propício à emigração para áreas menos instáveis<sup>63</sup>. Possivelmente, ele veio pela “mão” de alguém com influência.

Mouro encontrou em Setúbal uma situação de certo modo semelhante à de Olivença: uma grande obra de fortificação, que procurava abarcar toda a vila, na mesma lógica estratégica que norteava a da fronteira terrestre, isto é, impedir o acesso a Lisboa<sup>64</sup>. Contudo, as condições com que, como engenheiro, se deparou em Setúbal diferenciavam-se bastante das de Olivença, inclusive com baluartes metidos na água do estuário, exigindo técnicas construtivas especiais.

Como era normal, também esteve empenhado noutras missões: em 1664, com a esquadra espanhola à vista, foi destacado para Sesimbra para organizar a defesa da vila, e, em data incerta, foi encarregado de pagador de uma leva de

---

<sup>62</sup> CORTÉS CORTÉS, 1990, *passim*; COSME, 2006, 753-824. As queixas dos procuradores de Olivença às cortes são elucidativas (COSME, II, 1994, 160-214). Um episódio particular: a povoação de Barrancos, com mais de duzentos vizinhos, cujos habitantes “nem eram portugueses, nem deixavam de o ser”, foi arrasada pelo próprio exército português (MARINHO, 1644, 15 e 16).

<sup>63</sup> Umhas dezenas de anos depois, em 1706, mais uma vez em guerra, o bacharel António Lopes Tarrinho, morador em Olivença, deixou esta vila e foi morar para Setúbal. Nascera em 2 de Janeiro de 1672, na Rua de São Francisco, freguesia de Santa Maria do Castelo, onde residiam seus pais, Manuel Rodrigues, lavrador da herdade de Sancha Ladra, e Leonor Tarrinha. Enviuvou e casou três vezes. Em Setúbal, teve, de D. Catarina Maria Inácia (cujo pai, Luís Jorge, de Oeiras, viera para Setúbal como empreiteiro da fortificação), um filho que baptizou, curiosamente, com o nome de João Rodrigues Mouro, talvez em lembrança de antigos apelidos familiares e/ou em homenagem ao engenheiro homónimo seu conterrâneo, ainda vivo em 1706 (ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas*, mç. 66, doc. 2839).

<sup>64</sup> Recorde-se que, em 1580, o exército castelhano entrou pela fronteira do Alentejo, tendo Setúbal desempenhado importante papel na organização do ataque final a Lisboa. Outros pontos vitais, como Porto, Peniche (onde os ingleses tinham desembarcado, em 1589, aquando do seu frustrado ataque a Lisboa), além, naturalmente, de Lisboa, foram objecto de projectos e trabalhos de fortificação.

soldados para a fronteira alentejana<sup>65</sup>. Ele foi incumbido, em certos casos, da própria operacionalização da artilharia e da instrução dos artilheiros<sup>66</sup>, tarefas que um engenheiro militar podia, como se vê, desempenhar. Um facto de realce: João Rodrigues Mouro não fez apenas obra de engenharia militar, mas também de arquitecto civil<sup>67</sup>, como adiante se referirá.

Setúbal, um dos principais portos do Reino e centro de produção de sal, tinha sido, após a Aclamação, objecto de especiais cuidados defensivos, considerando a sua relevância para a logística da guerra e para a própria defesa de Lisboa. A segurança tinha estado, até então, cometida ao forte de Santiago do Outão, à entrada do porto, velha torre medieval, sucessivamente modernizada<sup>68</sup>, e ao novo “castelo” abaluartado de São Filipe, do traço de Filipe Terzi, mandado edificar por Filipe II. São Filipe era, contudo, “muito menos uma fortaleza moderna para defender a entrada do rio do que *rocca* à antiga, pesada e, impressionante, destinada a manter uma guarnição fiel e a assegurar o controlo sobre a cidade”<sup>69</sup>.

Depois de 1640, alguns dos mais credenciados engenheiros estrangeiros e portugueses estiveram encarregados da nova fortificação da vila de Setúbal. Por aqui, passaram, nomeadamente, João Gilot, João Cosmander, Nicolau de Langres, Simão Falónio, jesuíta, professor do Colégio de Santo Antão, em Lisboa<sup>70</sup>, Luís Serrão Pimentel, Mateus do Couto, Sebastião Pereira Frias, Simão Mateus e também D. Diogo Pardo de Osório, Francisco João da Silva e o próprio João Rodrigues Mouro<sup>71</sup>.

---

<sup>65</sup> ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra P, mç. 11, doc. 152.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> Conforme documentação publicada por Miguel Soromenho. Ver SOROMENHO, 2001b, 36, 37 e 41 (nota 85).

<sup>68</sup> CALLIXTO, 1980, 6.

<sup>69</sup> MOREIRA, 1986a, 149.

<sup>70</sup> CAETANO & SOROMENHO, 2001, 56.

<sup>71</sup> O engenheiro francês Alain Manesson Mallet afirmou ter levantado, em 1667, a planta de Setúbal, que publicou, mas isso é desmentido em PIMENTEL, 1680, 467.



Para o financiamento da fortificação, os moradores “ofereceram” a D. João IV uma contribuição especial, o “vintém do sal”<sup>72</sup>, no valor de 6.000 cruzados, uns anos pelos outros<sup>73</sup>. Desde o início, como mostra a planta da autoria de Gilot<sup>74</sup>, a ideia foi, numa vila que tinha ultrapassado, em muito, a cerca medieval, incluir os novos arrabaldes, mormente o grande arrabalde do Troino, numa ampla fortificação irregular.

É crível que João Rodrigues Mouro tenha voltado a encontrar João Gilot, uma vez que, regressado a Portugal, depois de ter estado no seu País, este engenheiro passou algumas vezes por Setúbal, de cuja fortificação tinha já feito projecto. Também terá trabalhado com o engenheiro mor Luís Serrão Pimentel, que menciona, no seu tratado de fortificação, um engenheiro desta praça, que o assistiu como ajudante<sup>75</sup>, talvez referência a Mouro. E, claro, com Sebastião Pereira Frias, Mateus do Couto e D. Diogo Pardo de Osório.

A fortificação de Setúbal, quer os novos muros da vila e suas obras exteriores, quer os fortes e fortalezas que defendiam o estuário e a sua aproximação, prolongou-se por toda a segunda metade do século, com intervenções, por vezes contraditórias, de vários engenheiros (adiante se exemplificará), e não chegaram a ser terminadas<sup>76</sup>. Em 1687, perante séria falta de recursos financeiros, Mouro queixava-se de que a fortificação de Setúbal estava “parada, e com poucas esperanças de se continuar pela grande diminuição da sua consignaçoã”<sup>77</sup>. A incapacidade do poder para manter operacional o aparelho de fortificação, tanto na fronteira marítima como na terrestre, revelou-se uma constante ao longo da Guerra da Restauração (e não só) apesar de todas as realizações<sup>78</sup>.

---

<sup>72</sup> O sal foi, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o grande produto local, inclusive exportado para o norte da Europa.

<sup>73</sup> Bibliothèque Nationale de France (BNF), *Fonds Portugais*, 27, fls. 28-29, carta de João Rodrigues Mouro ao Duque de Cadaval.

<sup>74</sup> BN, *Iconografia*, D. 46R, *Cópia da Planta da Villa arabaldes e postos visinhos da notável villa de Setuval* [...].

<sup>75</sup> PIMENTEL, 1680, 234.

<sup>76</sup> Segundo plantas de João Tomás Correia, as obras exteriores ficaram por fazer e o recinto da praça, que estava acabado, não tinha parapeitos, nem terraplenos suficientes (BN, Reservados, D.A. 7 A, *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela*, 66bv-67 e 67av-68. Existente *on-line*: <http://purl.pt/12158>).

<sup>77</sup> BNF, *Fonds Portugais*, 27, fl. 28.

<sup>78</sup> Ver, nomeadamente, CORTÉS CORTÉS, 1990, 23-30 e 55-58.

Em 1663, João Rodrigues Mouro assumia já responsabilidades na fortificação de Setúbal, apesar do seu posto de ajudante. Em Julho desse ano, foi-lhe solicitada uma memória do estado da fortificação da praça, sendo, aparentemente, então a pessoa mais qualificada para a tarefa<sup>79</sup>.

No ano de 1665, o governador das Armas de Setúbal, Gil Vaz Lobo, interessou-se, face à carência de engenheiros nesta praça, pela situação profissional de Mouro, então com 45 anos de idade, pouco mais ou menos. Ele escreveu ao ministro Conde de Castelo Melhor, informando-o de que havia falta de engenheiros nas várias obras em curso na praça de Setúbal, pois Mateus do Couto tinha ido para a corte, ficando apenas Sebastião Pereira<sup>80</sup>, frequentemente impedido, devido à saúde débil. Por isso, propunha que João Rodrigues Mouro recebesse a patente de capitão *ad honorem*, salientando que era “sojeito capaz para se poder criar nelle hum bom engenheiro porque alem de larga experiencia com que hoje se acha das mais das fortificações de Portugal, se applicou a esta arte de maneira que sientificamente a sabe como os demais engenheyros”<sup>81</sup>. Acentuava ainda que, em todo o lado, havia “grande falta destes sujeitos” e sugeria, finalmente, que se ouvisse o parecer do engenheiro mor Luís Serrão Pimentel, que, na altura, estava em Setúbal<sup>82</sup>.

A proposta mereceu parecer favorável do anterior governador de Setúbal Francisco Barreto<sup>83</sup> e do marquês de Marialva, D. António Luís de Menezes, que não conhecia Mouro mas confiou na opinião de Gil Vaz Lobo<sup>84</sup>. O Marquês

---

<sup>79</sup> Biblioteca da Ajuda, Lisboa (BA), 51-VIII-45, fls. 210-211v.º (por gentileza de Miguel Soromenho).

<sup>80</sup> Sebastião Pereira de Frias, que construiu o forte de São Teodósio e esteve também na fronteira alentejana (VITERBO, I, 1988, 386 e 387).

<sup>81</sup> Os grafemas em itálico significam desdobramento de abreviaturas, como nas restantes transcrições.

<sup>82</sup> Por essa altura, João Rodrigues Mouro não seria, possivelmente, o único ajudante de engenheiro na praça de Setúbal. Em Junho de 1665, um Francisco de Lima, “ajudante”, baptizou um filho, cujo padrinho foi o tenente general de Artilharia Sebastião Pereira de Frias, engenheiro da praça (Arquivo Distrital de Setúbal (ADS), *Paroquiais, Anunciada*, PSTB 01/1/6, cx. 6232, fls. 116 e 116v.º).

<sup>83</sup> Francisco Barreto de Menezes, conhecido pelas vitórias sobre os holandeses, no Brasil.

<sup>84</sup> Sem negar a sua competência técnica, os “conhecimentos” de Mouro poderão tê-lo ajudado. Para além dos citados, foi verificada alguma relação com Fernando Mascarenhas, dito “fidalgo”, possivelmente o 3.º conde da Torre, que apadrinhou sua filha Ana Maria, em 1666, e de quem Mouro foi representante noutros baptismos, em Setúbal (ADS, *Paroquiais, Anunciada*, PSTB 01/1/6, cx. 6232, fls. 123, 168 e 187v.º).

realçou o valor dos engenheiros práticos e a necessidade de os formar, aproveitando para criticar Luís Serrão Pimentel por não ter cumprido a ordem régia de ir ler a cadeira de Fortificação para Estremoz, pois não queria deixar Lisboa. E foi mais longe, acrescentando que Pimentel “para isto [ler a Cadeira] tem mais préstimo *que para ser engenheiro porque nenhuma cousa sabe da pratica*”<sup>85</sup>, apreciação, que o Marquês de Marialva irá manter relativamente a Luís Serrão Pimentel<sup>86</sup>, em que, para além de uma visível tensão entre “ciência” e “experiência”, generalizada na Europa, existiria também uma forte componente pessoal. Mas a “recusa compulsiva da vertente teórica da engenharia militar derivava igualmente dos desejos de evitar os efeitos de uma rotura do tecido social, pela substituição de modalidades de acesso às chefias militares baseadas na antiguidade e na origem social, por outras de teor meritocrático, numa altura em que *a engenharia militar passava a constituir uma das saídas para a renovação do corpo social e do próprio aparelho de estado*”<sup>87</sup>.

Bem encaminhado pelo Conselho de Guerra, o assunto de Mouro foi despachado em Outubro do mesmo ano, e, em 23 de Novembro seguinte, foi-lhe conferida a mencionada patente de capitão de infantaria *ad honorem*, com o exercício de engenheiro. Finalmente, em 3 de Janeiro de 1666, foi-lhe definido o soldo de 40 cruzados por mês<sup>88</sup>. Pouco tempo depois, ascendeu ao posto de sargento-mor<sup>89</sup>, com a responsabilidade da praça de Setúbal e suas dependências.

---

<sup>85</sup> ANTT, CG, C, mç. 25, cx. 91.

<sup>86</sup> No ano seguinte, quando o Conselho de Guerra apreciou o novo método de desenhar fortificações de Luís Serrão Pimentel, só publicado em 1680, depois da sua morte, o Marquês foi o único conselheiro que colocou reservas, exactamente no plano da teoria *versus* prática. E, em 1670, mais uma vez, foi o marquês de Marialva que se opôs à atribuição a Pimentel do cargo de cosmógrafo mor, em acumulação com o de engenheiro mor e de lente da Aula de Fortificação (SOROMENHO, I, 1991, 13 e 14; 2001, 19 e 20).

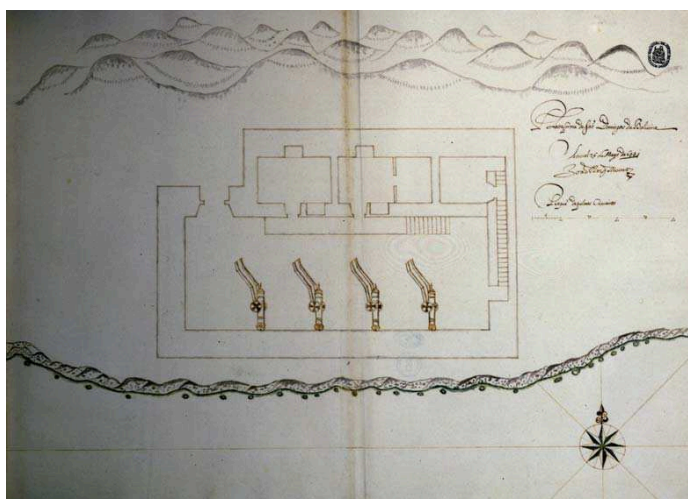
<sup>87</sup> SOROMENHO, I, 1991, 14.

<sup>88</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, L. 20, fl. 67 e 67v.º. Cfr. SOROMENHO, 2001b, 41 (nota 85).

<sup>89</sup> A rapidez da sua promoção a sargento-mor era mencionada por D. Diogo Pardo de Osório, quando, em 1675, se queixava de já contar 11 anos no posto de capitão, sem ser promovido (ANTT, C.G., C, mç. 34, cx.102). O mesmo D. Diogo Pardo que, em 1680, após a morte de Luís Serrão Pimentel, pedia o cargo de engenheiro mor, o que foi alvo de demolidores pareceres do Marquês da Fronteira (que sugeria Miguel de Lescole para o cargo) e, sobretudo, de Dinis de Melo de Castro, governador do Alentejo (ANTT, CG, C, mç. 39, cx. 108).

A equiparação de técnicos de origem civil ao oficialato de infantaria tinha a ver com o facto de não existir um corpo de engenheiros militares autónomo, mas a inserção na carreira e na elite militares, embora *ad honorem*, admitia a importância e o prestígio dos engenheiros. Mouro só viu expressamente reconhecido o estatuto de engenheiro com a integração no quadro militar.

Em 1678, a praça de Setúbal foi acrescentada com as fortificações de Sines e Vila Nova de Milfontes<sup>90</sup>, alargando-se, portanto, o território de acção do engenheiro. Entretanto, o fim da guerra com a Espanha não trouxera segurança ao litoral, a braços com um velho problema: o corso e a pirataria marítimos.



**Fig. 4.** -Plataforma de São Domingos da Balieira. Desenho de 1693, da autoria de João Rodrigues Mouro. Trata-se de uma das pequenas fortificações que defendiam a baía da Arrábida e a aproximação ao estuário do Sado. Hoje, em ruínas, é designado por Forte da Baralha

<sup>90</sup> Arquivo Histórico Militar (AHM), DIV-1-3-16. Sines e Vila Nova de Milfontes tinham pertencido, até então, ao Governo das Armas do Alentejo, cuja capital era a distante cidade de Elvas, o que se traduzia num quebra-cabeças logístico e operacional. A inclusão destas duas praças na de Setúbal e, por consequência, a sua transferência para a Estremadura, em 1678, veio melhorar a situação.

Pouco depois, em 1680, ele enumerava todas as obras onde trabalhara: meio baluarte “da praia que vai para São Domingos”, ponta do Adoxe, situada na margem esquerda do estuário do Sado (Tróia), forte de São Luís Gonzaga, parapeitos da fortaleza de São Filipe, forte do Outão, forte da Arrábida, forte da Baleeira, forte de Nossa Senhora do Cabo, forte da Ribeira da Foz, fortaleza de Sesimbra, forte do Cavalo, castelo de Alcácer do Sal, este em 1663, e castelo de Palmela, preparando, à data, a fortificação de Sines e da Ilha do Pessegueiro<sup>91</sup>. Por essa altura, ele tinha sido incumbido de tratar, também, das obras necessárias, no forte de Milfontes<sup>92</sup>.

No ano de 1684, João Rodrigues Mouro, com o posto de sargento-mor e o ordenado de 13.000 réis mensais, requereu ao rei a patente de tenente general da artilharia, visto haver ocupado a de sargento-mor durante mais de 16 anos, e o soldo de 20.000 réis por mês<sup>93</sup>. Alegava a insuficiência do vencimento que auferia, pois tinha de fazer viagens, nomeadamente à ilha do Pessegueiro, a Sines e a Sesimbra, em liteira, dado que a idade e os achaques (estava na casa dos 60) não lhe permitiam andar a cavalo, e mencionava os casos dos engenheiros Mateus do Couto, que com o posto de sargento-mor ganhava 40.000 réis por mês, e António Rodrigues, que recebia 24.000.

O teor do requerimento foi confirmado pelo Duque de Cadaval, governador da praça de Setúbal, com a informação de que o engenheiro servia bem e “com toda a verdade, circunstância muito necessária para a sua ocupação”. A Contadoria Geral da Guerra deu, porém, parecer negativo, achando que não se justificava então maior ordenado e que os exemplos avançados por Mouro não colhiam, uma vez que Mateus do Couto fora especialmente agraciado pelo rei, devido às “muitas diligencias de seu officio a que he mandado”, e António Rodrigues merecera o soldo “com o trabalho da guerra” no exército do Alentejo.

Apesar de o Conselho de Guerra reconhecer as razões de Mouro e propor aumento para 30.000 réis mensais, o despacho competente atribuiu-lhe apenas 18.000 réis, pelo que apresentou recurso, em que acrescentava, em seu abono, o exemplo de Simão Mateus. Acabou por desistir do recurso, uma vez que, sem garantia de sucesso, estava a atrasar o pagamento do aumento do soldo decidido.

---

<sup>91</sup> ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra P, mç. 11, doc. 152.

<sup>92</sup> ANTT, *CG, C*, mç. 37 (6 de Agosto de 1678); AHM, DIV-1-03-1-16 (16 de Agosto de 1678).

<sup>93</sup> *Idem*, mç. 43-A, cx. 116. A promoção implicava mudança de Arma.

É notável a diversidade de ordenados dos engenheiros, com a mesma patente e, até, com tarefas semelhantes atribuídas. Os ordenados eram decididos em função da importância concedida a cada engenheiro; daí, os altos ordenados geralmente auferidos pelos engenheiros estrangeiros.

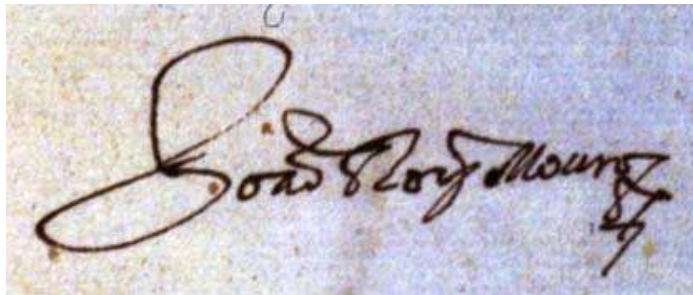


Fig.5.-Autógrafo de João Roiz Mouro, no desenho da fortificação de Setúbal (1693)

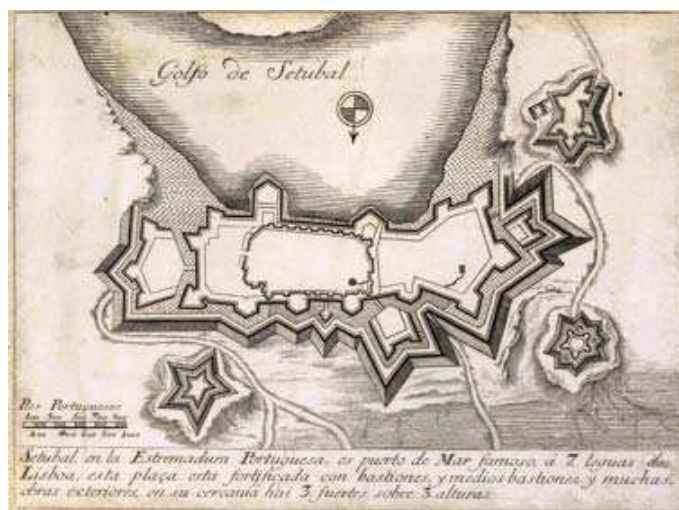
A fortificação da vila de Setúbal não foi assunto pacífico; aliás, mais de 60 anos depois de começada não estava terminada, tendo ficado por concluir as obras externas e alguns parapeitos e terraplenos<sup>94</sup>. Ficaram registadas algumas divergências entre os engenheiros que nela trabalharam. Mesmo na planta de Gilot, de cerca de 1652, um documento de trabalho, encontram-se várias alternativas. Na de Langres, muito sumária, alguns aspectos, como os baluartes do lado do rio, não estão resolvidos. Uma outra planta, de Ambrósio Borsano, resultado, tudo indica, de espionagem castelhana, é mais completa, mas, do lado do rio, apenas tem desenhado o baluarte da Conceição<sup>95</sup>. A planta publicada por Mallet mostra a fortificação na forma anterior à de Mouro. Este desenho teve inúmeras versões: uma delas, a de A. Coquart, informa na legenda que a vila tinha sido “fortifié a la Holandoise”; outra, com legenda em castelhano, é publicada neste artigo (n.º 6)<sup>96</sup>.

<sup>94</sup> BN, *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela*, n.º 67.

<sup>95</sup> TESTÓN NUÑEZ *et al.* 2003, 190-193.

<sup>96</sup> Desenhos com legenda em castelhano mostram o interesse que, sobretudo em tempo de guerra, Setúbal suscitava aos espanhóis.

Em 1676, o engenheiro Mateus do Couto era elogiado pela obra que, alguns anos antes, fizera em Setúbal “emmendando muitos erros que nella haviã”<sup>97</sup>, menção a anteriores projectos e, decerto, a diferenças de concepção. O próprio Luís Serrão Pimentel alude à fortificação de Setúbal e considera, nomeadamente, que a construção de pequenos fortes, em pontos altos, estratégicos, em volta da vila, referindo São João, São Luís Gonzaga, a posição sobre o castelo de São Filipe e Brancanes, seria mais eficaz para a sua defesa do que “a fortificação grande que se lhe fez”. O próprio Pimentel desenhou esses fortes, bem como um hornaveque, num sítio onde antes fora previsto um simples revelim<sup>98</sup>.



**Fig. 6.**-Fortificação de Setúbal. Desenho legendado em espanhol. Trata-se da versão que foi divulgada por Mallet e que conheceu diversas publicações. Pode considerar-se o “meio caminho” entre, por um lado, os primitivos desenhos de Gilot, Langres e Borsano, e por outro, o desenho de Rodrigues Mouro

<sup>97</sup> VITERBO, II, 157.

<sup>98</sup> PIMENTEL, 1680, 45, 233-235.

As discordâncias são também notórias nas notas lançadas pelo próprio João Rodrigues Mouro na planta da fortificação por si assinada, datada de 26 de Maio de 1693<sup>99</sup>. Por elas, sabemos que Mouro apresentou ao Marquês da Fronteira, “algũs inconuenientes que padessia” a fortificação, o que trouxe o Marquês a Setúbal, em 1680, acompanhado pelos engenheiros Mateus do Couto, Pedro Dufour e D. Diogo Pardo de Osório. Estes apreciaram o sítio e a proposta de Mouro, decidindo-se por solução diferente, de que Mouro apenas fez o desenho. O projecto aprovado pelo rei acabou por ser escolhido entre duas plantas elaboradas por Mouro, com o parecer dos mesmos engenheiros e de Francisco Pimentel<sup>100</sup>, bem como, posteriormente, de Miguel de Lescole. O baluarte de São Brás, que aparece meio baluarte em desenhos anteriores, foi mandado fazer inteiro pelo Duque de Cadaval, para se “fazer a defesa mais curta e ocupar mais terreno da praia com a praça do baluarte”. A legenda da planta de Mouro informa ainda que o forte de São Luís Gonzaga e um hornaveque foram redesenhados, por serem exíguos.

Os baluartes de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Carmo surpreendem pela grande extensão dos flancos. Esta extraordinária forma tem a ver com o lugar onde foram construídos, a margem do rio, cuja morfologia e o fluxo e refluxo das marés condicionaram o desenho. No da Conceição existia, até, um cais, tendo o baluarte a sua configuração<sup>101</sup>. Estes dois baluartes foram utilizados como fortes, autónomos, com os nomes de Livramento e do Cais ou da Conceição<sup>102</sup>, ficando o segundo sujeito a utilização militar até à segunda metade do século XX. Ele ostenta ainda um portal, executado, conforme reza a inscrição epigráfica, em 1696, por ordem do Duque de Cadaval.

---

<sup>99</sup> ANTT, *Livro de plantas da Casa Cadaval*, n.º 28, n.º 5.

<sup>100</sup> Alguns deles pertenciam ao círculo do engenheiro mor Luís Serrão Pimentel. Francisco Pimentel era seu filho e D. Diogo Pardo de Osório fora seu discípulo (PIMENTEL, 1680, 463).

<sup>101</sup> Como se vê na citada planta de Gilot. Este baluarte também se chamou do Cais. PIMENTEL, 1680, 234, refere-se também a ele.

<sup>102</sup> ANTT, *Memórias Paroquiais*, 1758, Setúbal, São Sebastião, vol. 34, n.º 153, fl. 1118.



*Quando o Marquez de Fronti. M.<sup>o</sup> de Campo Gr.<sup>o</sup> e G.<sup>o</sup> das  
armas da Graça de S.<sup>o</sup> ped. algum p.<sup>o</sup> comunitarios que p.<sup>o</sup> de  
cia a sua fortificação por cuja causa no anno de 1668 vuyto a ella  
nasendo fructo de D.<sup>o</sup> Marquis de Fronti. P.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> e D.<sup>o</sup>  
Lendo, e a p.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> desta Graça, e a causa comita  
propria e a p.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup>  
qua a causa e a p.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup>  
L.<sup>o</sup> Mag.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup>  
desta Graça que a p.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup>  
mentel, e Don Diego de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup>  
da Vedora da fortificação. e a p.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup>  
Gr.<sup>o</sup>, e a p.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup>  
fazerem tambem q.<sup>o</sup> a p.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup>  
o original q.<sup>o</sup> he em meu poder.*

*Em 25 de Mayo de 1668*

*João Rodrigues Moura*

*A cauza de fazer oba a parte  
y ntyro he por fazer a defenza  
mais curta e ougar mais a  
uno da praça com a p.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup> de S.<sup>o</sup>  
B a parte*

Fig. 7.-Texto lançado no desenho da fortificação de Setúbal,  
de João Rodrigues Moura (1693)

João Tomás Correia apresenta, no seu *Livro de varias plantas* [...], cópia desta planta, com o título *Planta da Praça de Setuual*, indicando que o original, executado por João Rodrigues Mouro, o mandou desenhar o Marquês da Fronteira, em Abril de 1680, e o confirmou o regente D. Pedro, em presença do Marquês e de vários engenheiros, acrescentando os nomes de D. Diogo de Osório, Luís Serrão Pimentel<sup>103</sup>, Mateus do Couto, Miguel de Lescole e Pedro Dufour<sup>104</sup>.



**Fig. 8.** -*Planta da Praça de Setuual. Cópia do desenho de João Rodrigues Mouro, no Livro De Varias Plantas Deste Reino E De Castela, de João Tomás Correia*

É assim admissível que o desenho final da fortificação de Setúbal, embora “à holandesa”, tenha resultado de uma multiplicidade de influências e de soluções; a diversidade dos baluartes, no que respeita a ângulos e extensão e forma dos flancos, também aponta no mesmo sentido. Enquanto engenheiro, a formação inicial de Mouro foi marcada, tendo em conta os engenheiros com

<sup>103</sup> Lapsos: será Francisco Pimentel.

<sup>104</sup> BN, *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela*, n.º 64, aliás 70. Este códice contém mais três desenhos com a fortificação do estuário do Sado.

quem trabalhou ou contactou, pelo “primeiro sistema holandês de fortificação”<sup>105</sup>. Porém, na sua longa carreira de quase seis décadas, as primeiras marcas diluíram-se, certamente, num vasto “caldo” de influências, em que, apesar disso, terão predominado as holandesas. Além disso, devemos notar que os comandos, casos do Marquês da Fronteira e do Duque de Cadaval, não se eximiam de impor soluções técnicas próprias, pelo que o trabalho do engenheiro foi também por aí afectado.

Em 1693, entre Maio e Junho, ele desenhou as plantas de fortificações, contidas num dos conhecidos álbuns de plantas da Casa Cadaval, existentes na Torre do Tombo<sup>106</sup>, espécie de resumo de toda uma vida de trabalho dedicada à engenharia militar. A obra efectuada por João Rodrigues Mouro, entre fortificações feitas de raiz e melhorias em existentes, vai, segundo estas plantas, de Sesimbra a Vila Nova de Milfontes. A sua assinatura consta das plantas das seguintes fortificações: Vila Nova de Milfontes, Pessegueiro, Sines (Nossa Senhora das Salas), Setúbal (com fortaleza de São Filipe e forte de São Luís Gonzaga), Outão, Palmela, “Atalaião” por cima do Outão, Nossa Senhora da Arrábida, São Domingos da Baleeira, Sesimbra (fortaleza da Marinha e castelo), Ponta do Cavalo, Nossa Senhora do Cabo e São Pedro da Foz.

Muitas destes desenhos representavam pequenos pontos fortificados sobre o mar, identificados como “plataformas”, de acordo com o grau e o tipo de ameaça sentida, as guarnições dos pequenos barcos corsários, que todos os verões assediavam a costa. Alguns outros, como Palmela e castelo de Sesimbra, eram antigos castelos medievais, modernizados. Outros ainda, como Milfontes, São Filipe, Outão e Marinha, eram fortificações modernas melhoradas.

Quanto às fortificações na península de Setúbal, João Rodrigues Mouro foi responsável, pois, pela edificação e melhoria de uma série de “plataformas”. Assim, parecem ser do seu próprio traço e obra as plataformas de Nossa

---

<sup>105</sup> Cfr. PAAR, 2008, 53 e 57, nomeadamente.

<sup>106</sup> ANTT, *Livro de Plantas da Casa Cadaval*, n.º 28. Contém 55 desenhos manuscritos e coloridos, em papel, de vários tamanhos, a maioria representando plantas de fortificações costeiras. Muitos dos desenhos são datados de 1693 e assinados por João Roiz Mouro ou por Mateus do Couto. Aparentemente, o códice pretendeu juntar os desenhos referentes aos trabalhos dos dois engenheiros. Entre os desenhos encontram-se também uma planta da “Berlenga” e uma “Planta Ignografica da parte da Costa de Portugal da Foz do Rio de Leiria ate a barra de Villa nova de mil fontes”, ambas assinadas por Couto.

Senhora da Arrábida, no concelho de Setúbal, e de São Domingos da Baleeira, ou da Baralha, Nossa Senhora do Cabo e São Pedro da Foz<sup>107</sup>, no concelho de Sesimbra. Hoje, subsistem as ruínas do forte da Baralha e o forte da Arrábida, que foi reedificado no século XVIII e se encontra afecto a funções culturais e científicas.



**Fig. 9.**-Setúbal. “Castelo” de São Filipe

O engenheiro fez ainda uma proposta para estrada coberta no “atalaião” que ficava sobranceiro ao forte do Outão e projectou e executou um baluarte e quartéis no forte do Outão, bem como redentes e mais algumas obras no castelo medieval de Sesimbra, cortinas e meios baluartes no castelo de Palmela, arranjos no de Alcácer e reparação de parapeitos no castelo de São Filipe. Para o forte de São Luís Gonzaga, que fora projectado por Luís Serrão Pimentel, Mouro fez, como antes se disse, novo desenho.

---

<sup>107</sup> Estava já arruinada em 1708 (BN, *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela*, fls. 23v.º e 24).



**Figs. 10.**-Setúbal. Localização do antigo baluarte da Conceição e do cais, no seu aspecto actual. Devido a aterro da margem, o baluarte não confina hoje com o rio.

Na costa alentejana, João Rodrigues Mouro está ligado à edificação de duas novas fortificações e a reparações noutra. Em primeiro lugar, à plataforma de Nossa Senhora das Salas, mandada edificar em 1680, na baía de Sines, fortificação muito simples, destinada a instalar uma pequena bateria, para cruzar fogos com outra plataforma a construir no Pontal, na extremidade sul da baía. Depois, ao forte, também dito fortaleza, do Pessegueiro, concluído em 1685, a sua principal obra nesta costa e uma das principais da sua autoria. Levantado no local onde existia uma arruinada bateria da época filipina, o forte do Pessegueiro é um edifício de básica planta quadrada, com dois pequenos baluartes, formando ângulo de tenalha para defesa da porta, e duas baterias sobre o porto<sup>108</sup>. Quanto a Vila Nova de Milfontes, ele foi encarregado do res-

<sup>108</sup> QUARESMA, 2009.

tauro do forte, mas um outro engenheiro, D. Diogo Pardo de Osório, esteve também ligado a esta obra e tê-la-á dirigido no terreno<sup>109</sup>.



**Figs. 11.-***Setúbal. Vista parcial do cais, actualmente*

Os desenhos assinados por Mouro no códice 28 da Casa Cadaval são representações gráficas muito simples, apenas em planta e de um único piso dos edifícios, com parca utilização da cor e de motivos ornamentais, estando longe das peças dos engenheiros da “escola italiana”, nomeadamente Alexandre Massai. Na verdade, Mouro acompanhou a tendência do desenho, no sentido da simplificação e redução da informação visual.

---

<sup>109</sup> ANTT, *CG, C*, mç. 37 (sobre o estado da fortaleza de Vila Nova de Milfontes, doc. de 6 de Agosto de 1678) e mç. 39, cx. 108 (processo sobre o requerimento de D. Diogo Pardo de Osório para lhe ser concedido o cargo de engenheiro mor). *Cfr.* Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), ARC.030,06,001 fl.17 A Cartografia, *Planta de Vila Nova de Mil Fontes: Parte da bahya e ryo de Odemira e Discripção da bara de Vila Nova sva bahia e ponta do canal; Disposição da Ilha do Pesegueiro e sva enseada e platasformas imperfeitas*, referenciados em *Portugaliae Monumenta Cartographica*, V, 143. Não foi possível, para já, consultar estes desenhos e compará-los com os de Mouro.



**Figs. 12.-**Setúbal, antigo baluarte da Conceição. Portal datado de 1696, cuja construção se deveu, segundo a epígrafe, ao Duque de Cadaval, numa altura em que o baluarte tinha sido adaptado a forte autónomo. Na pedra de armas, falta a coroa real, apeada, naturalmente, após a instauração da República, pois o edifício tinha funções oficiais (quartel de infantaria).

No que diz respeito à costa alentejana, os desenhos são mais elaborados, mas ele recorreu a cópias, pelo menos num caso, prática que não era rara. Em *Sines Descrição de sua Villa e Calheta*, em que marca, sumariamente, a plataforma de Nossa Senhora das Salas, foi buscar um antigo desenho, de Alexandre Massai. Na *Planta da Ilha do Pessegr.º com a terra firme*, figura esquematicamente a costa e a ilha e desenha a fortaleza apenas em planta do piso principal. Na *Planta de Villa nova de mil Fontes com p.te da Baya e Rio de Odemira*, que tem uma concepção diferente, ele desenha também o estuário e ilustra-o com um barco<sup>110</sup>.

Todos estão reproduzidos no códice de João Tomás Correia, em alguns casos de forma praticamente idêntica e em todos muito semelhante, mas só num deles, o desenho da fortificação de Setúbal, é feita referência a Mouro. Não se trata, porém, geralmente, de meras cópias, pois Correia conhecia o território e em algumas das plantas são bem visíveis diferenças.

Não podemos esperar de Mouro capacidades e trabalho de cartógrafo, que ele não era. Nos seus desenhos, aquilo que lhe interessou foi a representação das fortificações e não a do espaço em que se situavam. Por outro lado, nas cópias do citado códice, sùmula do seu trabalho, não podemos apreciar todas as plantas e perfis das fortificações, que naturalmente foram feitos, em diferentes folhas. Grande parte dos desenhos de Mateus do Couto, insertos no mesmo códice, também é, nesse aspecto, algo sumária. No seu *Livro das varias plantas* [...], João Tomás Correia basicamente não fez muito mais.

Como achava o Duque de Cadaval, Mouro era sobretudo um honesto engenheiro militar, que servia “com toda a verdade”, cuja aprendizagem se fez no trabalho de campo e não em aulas de matemática ou de fortificação, ainda que em contacto com alguns dos mais célebres engenheiros do seu tempo. E que “se aplicou a esta arte de maneira *que científicamente* a sabe como os demais engenheyros”, no dizer de Gil Vaz Lobo.

---

<sup>110</sup> QUARESMA, 2007, 54, 55, 62, 63 80 e 81.





**Fig. 13.**-*Sines Designação da sua Villa e Calheta. Assinado por João Rodrigues Mouro e datado de 1693, é baseado em desenho anterior de Alexandre Massai (1613). Representa as novas plataformas de defesa da baía*

No entanto, como frequentemente acontecia com estes engenheiros, João Rodrigues Mouro não fez apenas obra de engenharia militar. Ao longo da sua demorada estada em Setúbal, houve também oportunidades para executar outros tipos de obras, em Setúbal e nas proximidades. São conhecidos alguns exemplos, que o mostram com obra e capacidades de arquitecto civil. Em 1686 e 1687, foi encarregado de elaborar informação e orçamento para obras no edifício da alfândega de Setúbal<sup>111</sup>, sendo possível que se tenha ocupado de trabalhos em outros edifícios civis. Interessante é o projecto dum lago para o jardim do palácio da Quinta do Calhariz, em Sesimbra, de D. Francisco de Sousa, de que,

<sup>111</sup> SOROMENHO, 2001b, 41 (nota 85).

inclusive, existe desenho por si assinado. O lago, que não chegou a ser construído, tem forma de polígono irregular, com um pequeno canal adjacente. É rodeado por árvores e, nas suas águas, estão representados dois pequenos barcos de prazer, designados por “chalupas”<sup>112</sup>.



**Figs. 14.-** Sines. Plataforma da Senhora das Salas, hoje chamada Forte do Revelim

Em 25 de Julho de 1707, o “tenente general” João Rodrigues Mouro, já viúvo<sup>113</sup>, morreu na sua casa do Terreiro da Anunciada, em Setúbal, sendo sepultado no convento do Carmo<sup>114</sup>. O seu lugar de engenheiro foi ocupado por João Tomás Correia, o citado autor do *Livro de varias plantas deste Reino e de*

---

<sup>112</sup> Ibidem, 36 e 37. O desenho é reproduzido na p. 37.

<sup>113</sup> Sua mulher, Maria Pedreira, falecera em 27 de Junho de 1696 (ADS, *Paroquiais, Óbitos, freguesia da Anunciada*, cx. 6258, PSTB01/1, ano 1696).

<sup>114</sup> ADS, *Paroquiais, Óbitos, freguesia da Anunciada*, cx. 6258, PSTB01/1, ano 1707.

*Castela*, miscelânea que contém cópias dos desenhos assinados por Mouro no códice 28 da Casa Cadaval.



**Figs. 15.-***Sines. Aspecto do forte do Pessegueiro, com a ilha ao fundo*

Antes de morrer, recebeu, portanto, a patente de tenente general, em reconhecimento do trabalho de uma longa vida dedicada à fortificação em Olivença e, sobretudo, em Setúbal, a primeira, uma das principais praças da fronteira terrestre e sua terra natal, a segunda, uma das mais importantes do Reino, pelo seu porto, pelas suas produções, pela situação relativamente a Lisboa e por ser (sobretudo depois de 1678) capital militar do extenso troço de costa, de Sesimbra à foz do rio Mira.

1707.

Hoy visto el finis dia de hoy de julio de mil  
 e setecientos e setenta e siete en la Iglesia de Anunciada  
 de esta villa de Setúbal con el ayuntamiento de esta  
 Generalidad de esta villa de Setúbal de la  
 Real Audiencia de Lisboa. Fue testam. e fue sepultado en la  
 de Setúbal.

Por el Sr. Don Juan de  
 ...

Fig. 16.-Registro de óbito de João Rodrigues Mouro, na igreja da Anunciada, em Setúbal (25 de Julho de 1707).

## ANEXOS

### I

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, Livro 20, fls. 67 e 67v.º

Eu el Rei faco saber aos *que* este alvará virem *que* tendo respeito a uer feito merce a Joaõ Rois mouro de o nomear por Capitaõ de infantaria ad honorem *para* com este titollo assistir na fortificação da praca de Setuual aonde se lhe ordenarẽ com corenta Cruzados de soldo por mez, pagos na confirmidade de minhas ordens no *dinheiro* pertencente ao pagamento dos soldados das torres daquela Villa como se declara na patente *que* lhe mandei passar em uinta tres de Novembro do anno passado de sessenta e sinco e postilla feita nella em tres de Janeiro de anno preente de seiscentos sesenta e seis e hei por bem *que* na consignaõ dos soldados das torres da Villa de Setuual se paguem ao mesmo Joaõ Rois mouro os corenta Cruzados por mes de soldo na conformidade de minhas ordens ordens (sic) com o posto de Capitaõ de Infantaria ad honorem *para* com este titollo assestir na fortificação daquela praça aonde se lhe ordenar, Pelo que mando ao *governador* das Armas da dita Villa de Setuual e as mais pessoas [...] Em Lx.<sup>a</sup> a uinta sete de Janeiro de seiscentos sesenta e seis annos, Gaspar de Abreu a fes escrever Rej.

## II

ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, Letra P, Maço 11, doc. 152, cópia 1.  
Habilitação para Pedro Mexia Fouto

O Principe nosso *Senhor* Tendo respeito aos *serviços* que Joaõ Roiz Mouro, filho de *Pedro* Antunes Mouro, e *natural* de Oliuença, lhe fez desde o anno de 648 ate o de 680, a principio na mesma praça de oliuença de Ajudante das obras das fortificações, e em sua defesa se portar como bom soldado te o anno de 653; e o mais tempo na *Villa* de Setuual no Exercicio das fortificações, com os postos de *Capitam* de *Infantaria*, e *Sargento* mór, tudo ad honorem, com a occupação de *Engenheiro*, e no discurso do tempo referido ser Encarregádo de pagador de huã *Leva* *que* se fes *para* Alentejo; e no menisterio das fortificações se auer com *particular* zello e satisfação assy nas de Setuual, como nas mays de seu dstricto dezenhando as, e fazendo as obras, tudo em boa forma, como foy o meio Baluarte da praya que *vay* *para* Saõ *Domingos*, A do Adoxo, forte de Saõ Luís Gonzaga, parapeitos do de Saõ Phelipe, de outaõ, fortalezas da Arrabida, Balieyra, nossa Sr.a do cabo, Ribeyra da fos, fortificação de Sezimbra, e fortaleza do Cauallo. No anno de 663 passar à *Villa* de Alcacere *para* a forteficar, e no de 664 assestir na de Sezimbra quando a Armada de Castella auistou aquella praça obrando tudo o *que* conuinha *para* sua defesa e na de Palmella desenhou as obras de sua fortificação, e fes obrar todos os Reparos da Artelharia, *para* estas praças, occupando se taobem no ensino dos Artilheiros, vltimamente ir à Ilha do Pecegueiro e praça de Sines, a uer a obra *que* nellas se podia fazer, despendendo nestas jornadas e *serviço* muito de sua fazenda; em satisfação de tudo Ha por bem fazer lhe *merce* *para* seu sobrinho Antonio da Silueira Linhares do habito da ordê de nosso *Senhor* Jezu Christo, cõ sessenta mil *reis* effectiuos, dos quais logrará somente doze mil *reis* a tittulo do habito. E para outro sobrinho Bento Roiz Mouro clerigo do habito de Saõ Pedro Decreto de Recomendação para o Cappellaõ mór e caza de Bragança [...]. Lixa 26 de Agosto de 1681. *Pedro* Sanches Farinha.

## III

BNF, *Fond Portugais*, 27, fls. 28-29

Carta de João Rodrigues Mouro a D. Nuno Álvares Pereira de Melo, duque de Cadaval

Ex.mo Senhor

A Fortificação de Setuual está parada, e com poucas esperanças de se continuar pela grande diminuição da sua consignaçaõ: *Sua Magestade* que *Deus guarde* foi seruido diminuir lhe o uintem do sal *para* se dar aos ollandeses que rendia hi anno por outro seis mil cruzados; o qual uintem o *senhor* Rey Dom Joaõ *que* santa gloria haja lhe ofereceraõ os Moradores daquella villa *para* a Fortificação della, hindo o *dito Senhor* àquella Praça, e deixou ordem na Camera *para* que nunca se pudesse diuertir *para* outra couza *que* não fosse *para* a dita Fortificação; como constará a V Ex.<sup>a</sup> pela certidaõ *que* os Védores della mandaraõ à Junta dos Tres estados dando lhe conta desta diminuição, e o mesmo auizo fes Joaõ Netto a V Ex.<sup>a</sup> *para* uer se o podia remediar.

Foi *Sua Magestade* que *Deus guarde* seruido aplicar a dita Fortificação a consignaçaõ dos soldados das duas Fortalesas de S. Fellipe, e Oitaõ, e depois desta *merce* athe o presente se não tem ajustado a conta com os Almojarifes da Tabulla *que* tem seruido athe o presente, *porque* as partidas do *dinheiro* que os ditos Almojarifes entregauaõ da Fortificação eraõ somente por conta, e nenhũ dos annos está ajustado; e os liuros aonde está carregado o *dinheiro* *que* os Thezoueiros daquella Fortificação tem recebido dos Almojarifes estão na Contadoria *geral* de guerra, aonde se está tomando esta conta, e ao superintendente della podera V Ex.<sup>a</sup> mandar tirar dos Liuros o que se deue desta consignaçaõ à Fortificação.

E como este anno foi arrendado o contratto da Tabulla tres contos menos do que andou não poderá o almoxarife satisfazer à dita consignaçaõ *que* sempre emportaria // mais de dous mil cruzados, *que* com os seis do uintem do sal são oito que tantos se tem diminuido daquella Fortificação: o resto *que* fica he taõ pouco *que* pagos os juros das fazendas que se cortaõ aos Moradores poderaõ ficar em 4500 cruzados cabedal mui pouco *para* se continuar com taõ grande obra metida no mar, e não sendo esta a consignaçaõ *que* possa sustentar a fabrica que os empreiteiros tem metido nella, e se a não tiuerem não a poderiaõ continuar; e aduirto a V E.<sup>a</sup> *que* as duas faces do Baluarte Nossa Senhora do

Carmo estão metades feitas, falta o fechar se athe os ângulos flanqueados, estão expostas à pancada do mar, e corre *muito* perigo o não se fechar aquelle Baluarte, e a força da boa materia o tem sustentado, e isto sendo Setuual Praça de tanta consequencia, como he notorio, e taõ requestada das naçoens não será resaõ que se lhe tire a sua consignaçaõ quando tem tantas resoens *para* se lhe acrescentar.

Palmella tem acabada a sua Fortificaçaõ, estrada cuberta della *quanto* à pedra e cal, e porta da dita Fortificaçaõ falta lhe os Terraplenos de que V Ex.<sup>a</sup> tem o preço de cada brassa a trezentos e uinte reis, quando V Ex.<sup>a</sup> seja seruido se deuem mandar por nesta corte em pregaõ como tenho feito auizo a V Ex.<sup>a</sup>

Sezimbra tem cahidos trezentos mil reis deue V Ex.<sup>a</sup> mandar se aperfeiçoe o corpo interior da Fortaleza do Cauallo mandando aos Védores daquella Fortificaçaõ *que* logo façaõ o forno da cal *para* esta obra, e que eu de a forma desta despesa, e acabada a dita obra se faça huã Plataforma na marinha na *parte* que eu eleger *para* melhor defesa daquella praya.

Ha dous annos *que* a fortaleza do Pecegueiro está acabada, sem portas, e sem Tarima *para* os soldados: os Védores da Fortificaçaõ de Setuual mandaraõ a V Ex.<sup>a</sup> o ultimo lanso, e athe gora se não tem obrado nada; e a Fortaleza está com huã cancella couza indigna de huã Fortalesa: tambem lhe saõ necessarias duas meyas culubrinas de bronze de doze de calibre *para* a dita Fortalesa *para* defenza da entrada daquella barra, e mais sinco peças de ferro de oito de calibre *para* a mesma fortaleza que he o menos *que* pode ter; e os soldados *para* se guarnecer pódem se tirar da guarniçaõ de V.<sup>a</sup> Noua de milfontes *dés* porque tem uinte e quatro, e de Sines se podem tirar sinco fazem quinze com sinco artilheiros uinte, sendo V Ex.<sup>a</sup> seruido pode mandar acudir a todas estas *necessidades* referidas que aponto neste papel. V Ex.<sup>a</sup> fara o *que* for seruido Lx.<sup>a</sup> 20 de Junho de 1687.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALEGRIA, MARIA FERNANDA, SUZANNE DAVEAU, JOÃO CARLOS GARCIA & FRANCESCO RELANO: “Portuguese Cartography in the Renaissance”, *The History of Cartography*, vol. 3 *Cartography in the European Renaissance*, Part 1, ed. David Woodward, Chicago & London, The University of Chicago Press, 2007, pp. 975-1068.
- AZEVEDO, LUÍS MARINHO DE: *Commentarios dos valerosos feitos, que os portvgvezes obraram em defesa de sev Rey, & patria na gverra de Alentejo*, Lisboa, Na officina de Lovrenço de Anveres, 1644.
- CAETANO, JOAQUIM DE OLIVEIRA & MIGUEL SOROMENHO: *A Ciência do Desenho: A ilustração na coleção de códices da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001.
- COELHO, P. M. LARANJO (publicação e prefácio): *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El Rei D. João IV*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.
- COELHO, P. M. LARANJO (publicação e prefácio): *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.
- COELHO, P. M. LARANJO (publicação e prefácio): *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.
- CONCEIÇÃO, MARGARIDA TAVARES DA: “A praça de guerra como cenário barroco”, *Barroco Iberoamericano. Territorio, Arte, Espacio y Sociedad* (Actas del III Congreso Internacional), Sevilha, Ediciones Giralda - Universidad Pablo de Olavide, 2001a, pp. 1511-1527.
- CONCEIÇÃO, MARGARIDA TAVARES DA: “Configurando a praça de guerra: o espaço urbano no sistema defensivo da fronteira portuguesa (primeiras impressões para os séculos XVII e XVIII)”, *Actas do Colóquio Internacional Univero Urbanístico Português* (coord. RENATA ARAÚJO, HÉLDER CARITA E WALTER ROSSA), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses, 2001b, pp. 825-839.
- CORTÉS CORTÉS, FERNANDO: *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.



- CORTESÃO, ARMANDO & AVELINO TEIXEIRA DA MOTA: *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. V, Lisboa, Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- COSME, JOÃO, “Olivença (1640-1715). População e Sociedade”: *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXII, n.º 2, Badajoz, Excelentísima Diputación Provincial, Maio-Agosto de 2006, pp. 753-824.
- COSME, JOÃO DOS SANTOS RAMALHO: *O Além-Guadiana Português da Restauração ao Tratado de Utreque (1640-1715)*, 2 vols., Lisboa, 1994 (dissertação de doutoramento em História Moderna, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- DIAZ BAGULHO, NATALIA, “Elvas”: *Ciudades y Núcleos Fortificados de la Frontera Hispano-Lusa. El territorio de Extremadura y Alentejo. Historia e patrimonio* (coord. MARIA CRUZ VILLALÓN), Cáceres, Universidad de Extremadura, 2007, pp. 137-165.
- GARCIA, JOÃO CARLOS: “As Razias da restauração. Notícia sobre um Mapa Impresso do Século XVII”, *Cadernos de Geografia*, n.º 17, Coimbra, FLUC, 1998a, pp. 43-48.
- GARCIA, JOÃO CARLOS: “A Cartografia do Alentejo Seiscentista”, *Revista Alentejana*, Ano III, 2.ª série, n.º 9, Setembro/Outubro, 1998b, pp. 12 e 13.
- GUEDES, LÍVIO DA COSTA: *A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo barão von Wiederhord 1798*, Lisboa, ed. do A., 1992.
- LIMPO PÍRIZ, LUÍS ALFONSO: *Evolución Urbana de Olivenza*, Olivenza, Excmo. Ayuntamiento, 2005.
- MALLET, ALAIN MANESSON: *Les Travavx de Mars ou la Fortification Nouvelle tant Reguliere qu’Irreguliere*, 3 vols., Paris, Chez l’Auteur, Chez Jean Henault, Chez Claude Barbin, 1771-72.
- MATOS, GASTÃO DE MELO DE: *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, Comissão de História Militar, 1941.
- MOREIRA, RAFAEL: “A Arquitectura Militar”, *História de Arte em Portugal*, vol. 7 *O Maneirismo*, Lisboa, Alfa, 1986a, pp. 137-151.
- MOREIRA, RAFAEL: “Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar”, *História de Arte em Portugal*, vol. 8 *O Limiar do Barroco*, Lisboa, Alfa, 1986b, pp. 66-85.

- MOREIRA, RAFAEL & MIGUEL SOROMENHO: “Engenheiros Militares Italianos em Portugal (Séculos XV-XVI), *Architetti e Ingeneri Militari Italiani all’Estero dal XV al XVIII Secolo* (cord. MARINO VIGANÓ), II, Livorno, Sillabe, 1999, pp. 109-131.
- OLIVEIRA, HUMBERTO NUNO & MIGUEL DE ALMEIDA SEIXAS: “A Praça de Olivença durante a Guerra da Restauração”, *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Lisboa, Universidade Lusíada, 1995, pp. 107-158.
- PAAR, EDWIN: “As influências holandesas na arquitectura militar em Portugal no século XVII: as cidades alentejanas”, *Arquivo de Beja*, vols. VII/VIII, série III, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1998, pp. 177-190.
- PAAR, EDWIN: “As fortificações abaluartadas de Olivença durante a Guerra da Restauração”, *Encuentros/Encontros. Revista Hispano-Portuguesa de Investigadores en Ciencias Humanas y Sociales*, IV, 2004, pp. 385-403.
- PAAR, EDWIN: “O sistema fortificado de Elvas no panorama da arquitectura militar da época”, *Monumentos*, n.º 28, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, pp. 52-57.
- PIMENTEL, LUÍS SERRÃO: *Método Lusitânico de Desenhar Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, Lisboa, Direcção da Arma de Engenharia, Direcção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército, Lisboa, 1993 (fac-simile da edição de 1680).
- QUARESMA, ANTÓNIO MARTINS: *Alexandre Massai, A “Escola Italiana” de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII)*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007.
- QUARESMA, ANTÓNIO MARTINS: *Fortificação da Costa de Sines após a Restauração: Forte do Pessegueiro*, Sines, Museu de Sines, 2009.
- ROSSA, WALTER: “A cidade portuguesa”, *História da Arte Portuguesa* (dir. PAULO PEREIRA), vol. III *Do Barroco à Contemporaneidade*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 232-323.
- ROSSA, WALTER, MARGARIDA TAVARES DA CONCEIÇÃO & LUÍSA TRINDADE: “Raia e Cidade”, *Monumentos*, n.º 28, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, pp. 6-21.
- SÁNCHEZ GARCIA, ROSA MARIA: “Olivenza”, *Ciudades y Núcleos Fortificados de la Frontera Hispano-Lusa. El territorio de Extremadura y Alentejo. Historia e patrimonio* (coord. MARIA CRUZ VILLALÓN), Cáceres, Universidad de Extremadura, 2007, pp. 173-199.

- SEPÚLVEDA, CRISTÓVÃO AIRES DE MAGALHÃES: *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas*, vols. XIV, XV e XVI, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, 1928 e 1929.
- SOROMENHO, MIGUEL CONCEIÇÃO SILVA: *Manuel Pinto de Vilalobos, da Engenharia Militar à Arquitectura*, 3 vols., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1991 (dissertação de Mestrado em História de Arte Moderna).
- SOROMENHO, MIGUEL: “Descrever, registar, instruir práticas e usos do desenho”, *A Ciência do Desenho: A ilustração na colecção de códices da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001a, pp. 19-24.
- SOROMENHO, MIGUEL: “D. Luís de Sousa (1637-1690). O gosto de um mecenas”, *in Uma Família de Coleccionadores – Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela* (coord. Maria Antónia Pinto de Matos e Maria de Sousa e Holstein Campilho), [Lisboa], Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001b, pp. 15-41.
- TESTÓN NÚÑEZ, ISABEL, CARLOS SÁNCHEZ RUBIO & ROCIO SÁNCHEZ RUBIO: *Planos, Guerra y Frontera. La Raya Luso-Extremaña en el Archivo Militar de Estocolmo*, Merida, Junta de Extremadura, 2003.
- VALLECILLO TEODORO, MIGUEL ÁNGEL: *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501-1970)*, Badajoz, Santa Casa de la Misericordia de Olivenza, 1993.
- VALLECILLO TEODORO, MIGUEL ÁNGEL: *Olivenza en su Historia*, Olivenza, 1999.
- VARELLA, LUÍS SOVERAL: “Ramos de Mexia de Campo Maior, Mexia Fouto”, *Genealogia*, <http://luissoveral.com.sapo.pt/MexiaFouto.htm>, acedido em 20 de Novembro de 2008.
- VITERBO, SOUSA: *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, 3 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 (edição facsimilada: Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1922).

**ORIGEM DAS IMAGENS**

**Fig. 1** - Exército Português, Direcção de Infra-Estruturas (GEAEM/DIE), 1403- 3-40-PP.

**Fig. 2** - AME, *Paroquiais, Olivença, Madalena*, mç. 001/05, fl. 154 v.º.

**Figs. 3, 9, 11, 12, 14 e 15** - Fotos do Autor.

**Fig. 6** - BNRJ, [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1078087.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1078087.jpg)

**Fig. 4, 5, 7 e 13** - ANTT, *Livro de Plantas da Casa Cadaval*, n.º 28.

**Fig. 8** - BN, *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela*, fl. 64.

**Fig. 10** - Google Hearth.

**Fig. 16** - ADS, *Paroquiais, Óbitos, Setúbal, Anunciada*, cx. 6258, PSTB01/1, ano 1707